



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado RUBEM MARTINS/PSB

PROJETO DE LEI Nº 04 /2017, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 08 / 02 / 2017

*Cria a Rede de Atenção à Cardiopatía Congênita/
Vaga Zero do Estado do Piauí, e dá outras
providências.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições, faço saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA e eu sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado no âmbito estadual, a Rede de Atenção à Cardiopatía/Vaga ZERO, como instrumento de agilização para o atendimento especializado em cardiologia, incluindo o teste do "coraçõzinho", para detectar a doença.

Artigo 2º - A Rede de Atenção à Cardiopatía Congênita/Vaga ZERO do Estado do Piauí tem como objetivo principal, oportunizar tratamento aos pacientes com cardiopatía congênita em seus municípios ou na impossibilidade, a regionalização, permitindo a gestante a possibilidade do diagnóstico precoce e buscar o devido encaminhamento do caso.

Parágrafo único - Para a execução da Rede de Atenção à Cardiopatía Congênita/Vaga ZERO, o Poder Público poderá conveniar com Organizações Não-Governamentais e/ou demais instituições de saúde devidamente habilitadas, mediante avaliação da Secretaria de Estado de Saúde/SESAPI.

Artigo 3º - Compete ao Município de origem do paciente, dentre outras, custear e disponibilizar as despesas referentes ao suporte terapêutico cardiológico, transporte e outras demandas necessárias para o devido atendimento.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa, em Teresina (PI), 06 de fevereiro de 2017.

Rubem Martins
Dep. Estadual - PSB



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado RUBEM MARTINS/PSB

JUSTIFICATIVA

A doença cardíaca congênita (cardiopatia congênita) é uma alteração na estrutura do seu coração presente antes mesmo do nascimento. É um termo genérico utilizado para descrever alterações do coração e dos grandes vasos, presentes ao nascimento. Essas alterações ocorrem enquanto o feto está se desenvolvendo no útero e pode afetar cerca de 1 (um) em cada 100 crianças, segundo dados da *American Heart Association*. É a alteração congênita mais comum e uma das principais causas de óbito relacionadas a malformações congênitas. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Cardiologia no Brasil nascem em torno de 23 mil crianças com problemas cardíacos. Dessas, em torno de 80% necessitarão de alguma cirurgia cardíaca durante a sua evolução. As cardiopatias congênitas podem produzir sintomas no nascimento, durante a infância, ou estão somente na idade adulta. Em alguns casos, a cardiopatia congênita não causa sintomas.

A Cardiopatia Congênita no Brasil tem despertado e gerado um aumento de informação de gestantes e familiares sobre a doença, se tornando necessário criar mais vagas para o atendimento especializado para acolher a grande demanda de casos diagnosticados precocemente, evitando os muitos casos de óbito que tem engrossado a estatística dessa doença. Reiterando, são aproximadamente 23 mil crianças com doenças cardíacas anualmente, o que significa para cada 100 bebês nascidos vivos pelo menos um apresenta uma cardiopatia, sendo que 80% provavelmente necessitarão de cirurgia, e as instituições hospitalares precisam se preparar para receber esses casos e/ou proporcionar o devido encaminhamento agilmente. Devem ser ressaltadas que diversas iniciativas têm acontecido diante da preocupação mundial sobre a doença. Vale lembrar que o Estado do Piauí não poder ficar à parte nesse processo de evolução da medicina diagnóstica e de referência a nível nacional. O Programa de TFD (Tratamento Fora do Domicílio) disponibilizado pela Secretaria Estadual de Saúde/SESAPI não está atendendo a contento, raras vezes, somente por via judicial. Lembramos recentemente, a morte do bebê Esdras Viana de Moraes Sousa que nasceu em 21 de dezembro de 2015, e faleceu no dia em que completou dois meses, período em que aguardou na fila do SUS para ser submetido a uma cirurgia de urgência em outro Estado através do TFD e ficou internado em um Hospital Público de Teresina. O Estado do Piauí não dispõe de estruturas na sua Rede Pública de Saúde para efetivamente atender os casos dessa natureza.

Diante da relevância do exposto para a saúde da população piauiense, espero contar com o apoio de meus nobres colegas parlamentares para a aprovação desta proposição, constituindo a Rede de Atenção à Cardiopatia Congênita/ Vaga ZERO.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa, em Teresina (PI), 06 de fevereiro de 2017.


Rubem Martins
Dep. Estadual - PSB